

FERNANDA TARTUCE
LUIZ DELLORE

MANUAL *de*
PRÁTICA CIVIL

15.^a edição

Revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2020 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 07.10.2019

1160961

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198m

Tartuce, Fernanda

Manual de prática civil / Fernanda Tartuce, Luiz Dellore. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8794-7

1. Processo civil – Brasil. I. Dellore, Luiz. II. Título.

19-60229

CDU: 347.91./95(81)

SUMÁRIO

PARTE I

INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UMA APROPRIADA POSTULAÇÃO EM JUÍZO

1	INTRODUÇÃO.....	3
2	SOLUÇÃO DE LITÍGIOS PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.....	5
2.1	Estrutura jurisdicional brasileira.....	5
2.2	Lide, processo e procedimento.....	12
2.2.1	Escolha, mecanismos e critérios para solução de conflitos.....	12
2.2.2	Tentativa consensual prévia e via contenciosa.....	16
2.2.3	Jurisdição voluntária e conclusão sobre a via contenciosa.....	19
2.3	Processo de conhecimento.....	20
2.3.1	Cabimento e utilidade.....	20
2.3.2	Procedimento.....	24
2.3.2.1	Procedimentos especiais.....	24
2.4	Processo de execução.....	25
2.5	Tutela provisória.....	27
2.6	Escolha da medida judicial adequada.....	30
2.7	Exercícios para a escolha da medida judicial adequada.....	32
3	PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA.....	37
3.1	Considerações iniciais.....	37
3.2	Partes e interessados.....	38
3.3	Capacidade de ser parte.....	38
3.4	Capacidade processual.....	39
3.4.1	Capacidade processual das pessoas físicas.....	39
3.4.2	Capacidade processual das pessoas jurídicas.....	43
3.5	Capacidade postulatória.....	44
3.6	Dos procuradores.....	45
3.6.1	Da procuração judicial.....	46
3.6.1.1	Deveres éticos quanto à representação.....	49
3.6.1.2	Modelo de procuração judicial.....	50
3.6.2	Da procuração extrajudicial.....	51
3.6.2.1	Modelo de procuração extrajudicial.....	52

3.6.3	Da procuração <i>ad judicia et extra</i>	53
3.6.3.1	Modelo de procuração <i>ad judicia et extra</i> para advogados integrantes de sociedade de advogados.....	53
3.6.4	Substabelecimento.....	55
3.6.4.1	Modelo de substabelecimento com reserva de poderes.....	56
3.6.4.2	Modelo de substabelecimento SEM reserva de poderes.....	57
3.6.5	Saída do advogado do processo: renúncia e revogação do mandato.....	58
3.6.5.1	Modelo de renúncia ao mandato por advogado (comunicação ao cliente e petição).....	60
3.6.5.2	Modelo de petição e termo de revogação de mandato.....	62
3.7	Custas iniciais e <i>taxas</i>	63
3.8	Honorários <i>advocaticios</i>	66
3.8.1	Dos honorários contratados.....	66
3.8.1.1	Da cláusula <i>quota litis</i>	68
3.8.1.2	Da cláusula de <i>litis</i>	69
3.8.2	Modelos de contratos de honorários.....	69
3.8.2.1	Modelo de contrato de honorários (com valor já estipulado).....	69
3.8.2.2	Modelo de contrato de honorários com sociedade de advogados – honorários estipulados com cláusula <i>ad exitum</i>	72
3.8.2.3	Modelo de contrato de honorários com cláusula <i>quota litis</i>	74
3.8.3	Dos honorários sucumbenciais.....	76
3.8.4	Percepção de honorários na conciliação e na mediação.....	80
4	PETIÇÃO INICIAL.....	83
4.1	Considerações <i>prévias</i>	84
4.2	Requisitos da petição inicial.....	86
4.2.1	Endereçamento.....	88
4.2.1.1	Exercícios para fixação da competência.....	95
4.2.2	Qualificação das <i>partes</i>	97
4.2.3	Causa de pedir.....	102
4.2.4	Pedido.....	108
4.2.5	Valor da <i>causa</i>	114
4.2.5.1	Exercícios para formulação do pedido e atribuição de valor à <i>causa</i>	118
4.2.6	Requerimento de provas.....	119
4.2.7	Opção pela realização da audiência de mediação ou conciliação.....	123
4.2.7.1	Perfil dos meios consensuais e critérios para sua adoção.....	123
4.2.7.2	Aspectos procedimentais da adoção dos meios consensuais em juízo.....	124
4.2.8	Outras indicações da petição inicial.....	126
4.2.8.1	Elementos ligados à capacidade postulatória.....	126
4.2.8.2	Requerimento da forma de <i>citação</i>	128
4.2.8.3	Recolhimentos e documentação.....	132
4.2.8.4	Menções diferenciadas.....	133
4.3	Modelo de petição inicial comentado.....	134

5	AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO.....	141
5.1	Finalidade.....	141
5.2	Obrigatoriedade ou facultatividade da designação.....	143
5.3	Condução da sessão consensual em juízo	146
5.4	Temas aptos a serem abordados nos meios consensuais.....	148
5.5	Ampliação de opções e papel do advogado	150
5.6	Atuação do advogado antes das sessões consensuais.....	153
5.7	Atuação do advogado durante as sessões consensuais.....	155
6	TUTELA PROVISÓRIA.....	163
6.1	Considerações prévias	163
6.2	Tutelas de urgência.....	166
6.2.1	Pressupostos e concessão liminar.....	166
6.2.2	Restrições.....	168
6.2.3	Efetivação	169
6.2.4	Tutela antecipada antecedente.....	170
6.2.5	Tutela cautelar antecedente	173
6.3	Diferença entre as tutelas de urgência e fungibilidade.....	175
6.4	Aspectos relevantes para o peticionamento	177
6.4.1	Competência.....	177
6.4.2	Petição inicial	179
6.4.3	Pedido de medida liminar.....	182
6.4.4	Pedido principal, eficácia e extinção da medida.....	183
6.4.5	Resposta do réu.....	185
6.4.6	Modelo comentado de tutela provisória antecipada antecedente.....	186
6.5	Tutela de urgência incidental e meios de efetivação.....	190
6.5.1	Peticionamento incidental	190
6.5.2	Efetivação por meios peculiares	191
6.5.2.1	Arresto.....	191
6.5.2.2	Sequestro.....	195
6.5.3	Modelo comentado de tutela provisória cautelar incidental de arresto.....	197
6.6	Tutela provisória da evidência	202
7	DA RESPOSTA DO RÉU.....	205
7.1	Considerações prévias	205
7.2	Respostas do réu no CPC/2015	207
7.3	Contestação.....	208
7.3.1	Considerações prévias.....	208
7.3.2	Requisitos formais da contestação	209
7.3.3	Princípio da eventualidade e ônus da impugnação específica	210
7.3.4	Conteúdo da contestação.....	213
7.3.4.1	Defesa de mérito.....	214
7.3.4.1.1	Defesa direta	215
7.3.4.1.2	Defesa indireta	216
7.3.4.2	Defesa processual	216
7.3.4.3	Exercícios para distinguir matérias alegadas no mérito e em preliminar.....	220
7.3.5	Modelo de contestação comentado	222

7.3.6	Outras preliminares de contestação previstas no CPC/2015 (que eram apresentadas de forma apartada à contestação no CPC/1973).....	229
7.3.6.1	Da incompetência relativa	229
7.3.6.1.1	Exercícios relacionados à incompetência.....	231
7.3.6.1.2	Modelo comentado tratando de incompetência relativa.....	232
7.3.6.2	Da incorreção do valor da causa.....	235
7.3.6.3	Da impugnação à concessão da justiça gratuita	235
7.3.6.3.1	Modelo de impugnação à justiça gratuita comentado.....	238
7.4	Da Alegação de impedimento OU <i>suspeição</i>	243
7.5	Da intervenção de terceiros provocada pelo réu.....	244
7.5.1	Denúnciação da <i>fide</i>	245
7.5.2	Chamamento ao processo.....	246
7.5.3	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica.....	247
7.5.4	<i>Amicus curiae</i>	248
7.5.5	Indicação de quem deve figurar no polo passivo, no caso de alegação de ilegitimidade passiva.....	249
7.6	Da reconvenção.....	250
7.7	Síntese das possibilidades de defesa do réu.....	251
8	PRAZOS, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	255
8.1	Considerações iniciais	255
8.2	Prazos <i>processuais</i>	256
8.2.1	Períodos computáveis	257
8.2.2	Forma de contagem do prazo	258
8.2.3	Informatização do processo	260
8.3	Visão geral sobre as providências <i>preliminares</i>	264
8.4	<i>Réplica</i>	264
8.4.1	Modelo de réplica comentado.....	265
8.5	Julgamento conforme o estado do processo	270
8.5.1	Saneamento do processo	272
8.6	Revisão do panorama geral do procedimento comum.....	274
9	PROCESSO DE EXECUÇÃO E FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	275
9.1	Introdução: entendendo o processo de execução autônomo e a fase de cumprimento de sentença	275
9.2	Dos requisitos necessários para a execução autônoma.....	278
9.3	As diversas espécies de execução e o procedimento da execução de quantia certa contra devedor solvente	279
9.4	Petição inicial na <i>execução</i>	282
9.5	Modelo de petição inicial de execução de título executivo extrajudicial.....	284
9.6	Defesa do executado na execução autônoma: embargos à execução/embargos do devedor.....	287
9.7	Modelo de embargos à execução	290
9.8	Cumprimento de sentença	295
9.9	Modelo de petição para provocar o início da fase de cumprimento de sentença.....	298
9.10	Defesa no cumprimento de sentença: <i>impugnação</i>	300

9.11	Modelo de impugnação	302
9.12	Da exceção de pré-executividade.....	307
9.13	Embargos à execução e impugnação: quadro comparativo	309
10	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	311
10.1	Considerações prévias	311
10.2	Peculiaridades	313
10.2.1	Legitimação.....	313
10.2.2	Pedido	314
10.2.3	Alterações procedimentais	315
10.3	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	316
10.3.1	Visão geral.....	316
10.3.2	Modelo comentado: alimentos	317
10.3.3	Modelo comentado: ação possessória	324
10.4	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	330
10.4.1	Visão geral.....	330
10.4.2	Aspectos práticos	331
10.4.2.1	Modelo comentado: homologação de acordo extrajudicial	332
11	DOS RECURSOS	337
11.1	Considerações prévias	337
11.2	Recursos existentes no direito brasileiro.....	340
11.3	Recurso adesivo	343
11.4	Natureza da decisão e recurso cabível	345
11.5	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	349
11.6	Requisitos de admissibilidade dos recursos	350
11.6.1	Legitimidade para recorrer.....	351
11.6.2	Interesse em recorrer.....	352
11.6.3	Cabimento	352
11.6.4	Impedimentos recursais (renúncia, desistência e aquiescência).....	353
11.6.5	Tempestividade	354
11.6.6	Custas (preparo e porte de remessa e de retorno).....	356
11.6.7	Regularidade formal	357
11.7	Agravos	360
11.7.1	Agravo contra decisão de 1º grau.....	361
11.7.1.1	Fim do agravo retido e modo de impugnar interlocutórias não agraváveis de instrumento	363
11.7.1.2	Requisitos do agravo de instrumento	364
11.7.1.3	Modelo de agravo de instrumento comentado.....	371
11.7.2	Agravo interno	379
11.7.2.1	Modelo de agravo interno (regimental, ou legal) comentado.....	381
11.7.3	Agravo em recurso especial ou agravo em recurso extraordinário	386
11.7.3.1	Modelo de agravo em recurso especial comentado....	387
11.8	Apelação	392
11.8.1	Modelo de apelação comentado	400
11.8.2	Existência de voto vencido no julgamento da apelação (técnica de julgamento que substitui os embargos infringentes)	408
11.9	Embargos de declaração	409
11.9.1	Modelo de embargos de declaração comentado	412

11.10	Recurso ordinário	415
11.11	Recurso especial	417
11.11.1	Modelo de recurso especial comentado.....	423
11.12	Recurso extraordinário	431
11.12.1	Modelo de recurso extraordinário comentado.....	436
11.13	Embargos de divergência	444

PARTE II

PRINCIPAIS AÇÕES E RECURSOS (COM MODELOS DE PEÇAS) PARA A ATUAÇÃO DO ADVOGADO EM JUÍZO

INTRODUÇÃO	449
1 PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	451
1.1 Procedimento COMUM.....	451
1.1.1 Ação de cobrança – empréstimo	451
1.1.2 Ação indenizatória – atraso em voo	453
1.1.3 Ação indenizatória – prestação de serviços turísticos	459
1.1.4 Ação revisional de aluguel	463
1.1.5 Ação de reparação de dano sofrido em acidente de veículos.....	468
1.2 Procedimentos Especiais	472
1.2.1 Ação de reconhecimento e extinção de união estável	472
1.2.2 Ação de reconhecimento e extinção de união estável homoafetiva....	477
1.2.3 Ação de divórcio litigioso	482
1.2.4 Ação de investigação de paternidade	486
1.2.5 Ação de investigação de paternidade c/c alimentos	490
1.2.6 Abertura de testamento – testamento público	494
1.2.7 Ação de alimentos movida por descendente	495
1.2.8 Ação de alimentos movida por ascendente	498
1.2.9 Arolamento sumário: herdeiros maiores, sem conflitos.....	501
1.2.10 Ação de consignação em pagamento.....	505
1.2.11 Ação de consignação de aluguéis e acessórios da locação	509
1.2.12 Ação de despejo por falta de pagamento	512
1.2.13 Ação de despejo – denúncia vazia	515
1.2.14 Embargos de terceiro.....	519
1.2.15 Habeas corpus (prisão civil – não pagamento de alimentos).....	522
1.2.16 Ação indenizatória – colisão de veículos – JEC	525
1.2.17 Ação indenizatória – transporte aéreo – JEC	529
1.2.18 Ação monitória	532
1.2.19 Ação de reintegração de posse	537
1.2.20 Ação de interdito proibitório	540
1.2.21 Ação renovatória (locação)	544
1.2.22 Ação de retificação de registro civil (retificação de assento).....	548
1.2.23 Ação revisional de alimentos	551
1.2.24 Ação de divórcio consensual.....	554
1.2.25 Ação de usucapão	558
1.2.26 Protesto interruptivo de prescrição	561
1.2.27 Contestação nos Juizados Especiais Cíveis (JEC).....	563

2	EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E SUAS DEFESAS	567
2.1	Execução por quantia – título executivo extrajudicial.....	567
2.2	Cumprimento de sentença – título executivo judicial	569
2.3	Embargos do devedor (defesa do devedor na execução de título executivo extrajudicial)	571
2.4	Impugnação (defesa do devedor na fase de cumprimento de sentença – título executivo judicial)	575
2.5	Apelação em cumprimento de sentença	578
2.6	Cumprimento de sentença – sentença que condena ao pagamento de honorários sucumbenciais	582
	TUTELA PROVISÓRIA	585
3.1	Tutela provisória cautelar antecedente de arresto	585
3.2	Tutela provisória cautelar antecedente de separação de corpos	590
3.3	Tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto	594
3.3.1	Variação do problema anterior: ação indenizatória decorrente de indevido protesto, com pedido liminar de tutela provisória cautelar antecedente de sustação de protesto	598
3.4	Tutela provisória cautelar antecedente (prestação de serviços médicos).....	598
3.5	Produção antecipada de provas	606
	RECURSOS	611
4.1	Agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal.....	611
4.2	Agravo de instrumento com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal	617
4.3	Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo	621
4.4	Agravo em recurso especial (agravo "de decisão denegatória de recurso especial" – cpc, art. 1.042)	625
4.5	Apelação (com preliminar e pedido de reforma)	630
4.6	Apelação (com pedido de anulação/reforma).....	635
4.7	Apelação (pedido de reconsideração e/ou anulação).....	640
4.8	Embargos de declaração – omissão	643
4.9	Embargos de declaração – prequestionamento	645
4.10	Recurso ordinário constitucional	647
	BIBLIOGRAFIA.....	653